



ISSN 1519-7212

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

**Número 38
Junho de 2003**

Reestruturação Bancária no Brasil: O Caso do Proer
Geraldo Villar Sampaio Maia

| | | | | | |
|--|----------|-------|-----|------|-----------|
| Notas Técnicas do Banco Central do Brasil | Brasília | n. 38 | jun | 2003 | P. 1 - 13 |
|--|----------|-------|-----|------|-----------|

Notas Técnicas do Banco Central do Brasil

As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente do(s) autor(es) e não refletem a visão do Banco Central do Brasil, exceto no que se refere a notas metodológicas.

Coordenação:

Departamento Econômico (Depec)

(E-mail: depec@bcb.gov.br)

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte:
Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, nº 38, junho/2003.

Controle Geral de Assinaturas

Banco Central do Brasil
Demap/Disud/Subip
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º Subsolo
Caixa Postal 8670
70074-900 – Brasília (DF)
Telefone: (61) 414-3165
Fax: (61) 414-1359

Convenções Estatísticas

- ... dados desconhecidos.
 - dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, inclusive o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, inclusive o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra, ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Central de Informações do Banco Central do Brasil

| | | | |
|-----------|---|------------|---|
| Endereço: | Secre/Surel/Diate Edifício-Sede, 2º subsolo SBS – Quadra 3, Zona Central 70074-900 Brasília (DF) | Telefones: | (61) 414 (...) 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406 |
| | | DDG | 0800 99 2345 |
| | | Fax: | (61) 321-9453 |
| Internet: | http://www.bcb.gov.br | | |
| E-mail: | cap.secre@bcb.gov.br | | |

Apresentação

A institucionalização da série Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, cuja gestão compete ao Departamento Econômico (Depec), promove a divulgação de trabalhos de elaboração econômica que tenham interesse não apenas teórico, mas também conjuntural e metodológico, refletindo desse modo o trabalho gerado por funcionários da instituição em todas as suas áreas de atuação. Igualmente, poderão fazer parte da série trabalhos que, embora realizados externamente, tenham recebido suporte institucional do Banco Central.

Reestruturação Bancária no Brasil: O Caso do Proer

Geraldo Villar Sampaio Maia

Depec/Copec

Resumo

Com o advento da estabilização de preços em seguida à introdução do Plano Real, o sistema bancário brasileiro viria a apresentar sérios problemas de liquidez e solvência. Até então, a principal política de saída do mercado bancário no Brasil se limitara à intervenção e liquidação de instituições por parte do Banco Central. Todavia, a ameaça de falência de algumas instituições bancárias "too big to fail" exigiria do Banco Central a formulação de novo arcabouço de política, a fim de evitar a quebra de confiança no sistema bancário, ou seja, a corrida bancária. Para tanto, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) baseou-se em dois princípios gerais: a preservação da estabilidade do sistema de pagamentos, via garantia dos depósitos dos aplicadores; e a penalização das más políticas bancárias, via transferência do controle acionário das instituições socorridas pelo programa. Os bancos problemáticos foram divididos em "banco bom" e "banco ruim", o primeiro sendo adquirido por outra instituição bancária (depois de saneados por meio das operações PROER), e o segundo sendo liquidado pelo Banco Central. Ao todo, as operações PROER somaram R\$20,4 bilhões, ou aproximadamente 2,7% do PIB médio de 1995-96-97.

Reestruturação Bancária no Brasil: O Caso do Proer¹

1. Introdução

A implementação do Plano Real em 1994 provocou grandes transformações no sistema bancário brasileiro, ao colocar em xeque a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade característicos dos anos de alta inflação. A estrutura patrimonial refletia a multiplicação de bancos e filiais bancárias, de vez que os depósitos, mesmo quando remunerados, não ofereciam proteção perfeita contra a deterioração do poder de compra da moeda. O padrão de rentabilidade espelhava a ampla utilização do "floating" de recursos como fonte de receita operacional. Assim, com o advento da estabilidade, vários bancos entraram em dificuldades.

Até então, a principal política de saída do mercado bancário brasileiro baseava-se simplesmente no poder discricionário do Banco Central para intervir e liquidar instituições. Essa política mostrava-se apropriada para lidar com instituições pequenas e médias em dificuldades, e que ofereciam pouco risco de contágio. Todavia, os problemas que viriam a afetar o sistema bancário brasileiro a partir de 1995 seriam de tal magnitude que iriam requerer a estruturação de arcabouço de política inteiramente novo. Tratava-se, agora, de grandes bancos em dificuldades, cuja quebra poderia desencadear corrida bancária e colocar em risco o funcionamento do sistema de pagamentos.²

¹ Esta nota consiste basicamente na atualização da seção relativa ao PROER de MAIA (1999). À lista de agradecimentos constante daquele trabalho, gostaria de acrescentar o nome de Gilson Selicani, do Banco Central do Brasil. A análise feita aqui não representa necessariamente a visão dessa instituição. Como de praxe, os erros e omissões são de exclusiva responsabilidade do autor.

² A reestruturação do sistema bancário no Brasil não se limitou aos bancos privados. Em 1996, o governo lançou o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), e, em 2001, o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF). Sobre as características gerais do PROES e análise do Programa, consultar MAIA (1999), e MAIA & PÉRES (2000).

2. Magnitude do problema

Como se sabe, a inflação constitui importante mecanismo de financiamento dos bancos, ao corroer o valor real dos depósitos. No início dos anos 90, a "receita inflacionária" dos bancos atingiu aproximadamente 4% do PIB, respondendo por cerca de 40% da receita de intermediação financeira (Tabela 1). Em 1994, já como conseqüência do plano de estabilização, a participação relativa da receita inflacionária cairia à metade, representando 20% da receita de intermediação financeira e 2% do PIB. No ano seguinte, seria de magnitude desprezível.

O esgotamento de importante fonte de financiamento faria com que os bancos dessem início a processo de ajustamento que envolveria, entre outros fatores, o fechamento de agências e filiais e a demissão de funcionários.

Tabela 1

Brasil: Receita inflacionária dos bancos

| Ano | % PIB | % Receita Interm. Financ. |
|------|-------|------------------------------|
| 1990 | 4,0 | 35,7 |
| 1991 | 3,9 | 41,3 |
| 1992 | 4,0 | 41,9 |
| 1993 | 4,2 | 35,3 |
| 1994 | 2,0 | 20,4 |
| 1995 | 0,0 | 0,6 |

Fonte: ANDIMA/IBGE (1997).

Todavia, o fim da hiperinflação tornaria novamente atrativa a "aplicação" em depósitos bancários, os quais cresceriam rapidamente em seguida à estabilização (remonetização).³

Esses "novos" depósitos viriam a constituir o *funding* das operações de crédito que financiariam o primeiro miniciclo expansivo do Real.⁴ O surto de

³ Os depósitos à vista cresceram 165% nos primeiros seis meses do Plano Real. Ver ALMEIDA JR. & MENDONÇA DE BARROS (1997).

crescimento seria interrompido no segundo trimestre de 1995, como resultado das altas taxas de juros praticadas após a crise mexicana, que levariam a forte deterioração da qualidade dos empréstimos.

Assim, os determinantes imediatos da crise bancária da segunda metade da década de 90 foram a perda do *floating* e o aumento dos créditos de liquidação duvidosa que se seguiram ao fim do regime de alta inflação e ao malogro do primeiro miniciclo expansivo pós-Real.⁵

3. O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER

O PROER foi instituído em 1995, com a edição da Resolução nº 2208, pelo Conselho Monetário Nacional, e da Medida Provisória nº 1179, posteriormente convertida na Lei nº 9710/98. A seguir, as principais características do Programa, com destaque para as condições de elegibilidade, os princípios gerais e sua engenharia financeira.

Elegibilidade

O acesso ao PROER dependeu de autorização caso-a-caso do Banco Central e restringiu-se a bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, associações de poupança e empréstimo, financeiras e sociedades de crédito imobiliário. O Fundo Garantidor de Créditos - FGC, a agência brasileira de seguro de depósitos, tomou parte no PROER.⁶ Por meio do Programa, importantes instituições financeiras estrangeiras

⁴ Os empréstimos ao setor privado aumentaram quase 60% no primeiro ano do Plano Real. Ver ALMEIDA JR. & MENDONÇA DE BARROS (1997).

⁵ Obviamente, nem todos os problemas bancários foram provocados pelo fim da receita inflacionária, decorrendo simplesmente de má gestão empresarial. Ainda assim, pode-se afirmar que o fim da superinflação (ou hiperinflação) serviu para desvelar tais problemas, ao devolver transparência e credibilidade à contabilidade bancária, inibindo, além disso, práticas ilícitas de falseamento de balanços e outras demonstrações contábeis.

⁶ O FGC, criado no final de 1995, provê, *desde a introdução do Plano Real*, em julho de 1994, cobertura de até R\$ 20.000,00 *por depositante* sobre depósitos bancários (e outros ativos).

puderam ingressar no mercado brasileiro. O Programa foi implementado por meio de reorganização administrativa, operacional e societária da instituição problemática, *que implicasse na transferência de seu controle acionário.*

Princípios gerais

São dois os princípios gerais do PROER, a saber: salvaguardar o sistema de pagamentos e penalizar más políticas bancárias. Salvaguardar o sistema de pagamentos significa proteger os depósitos; penalizar más políticas bancárias, transferir o controle acionário do banco problemático. Desse modo, as operações PROER foram estruturadas de maneira a preservar a exigibilidade dos depósitos bancários *a qualquer tempo.*⁷ Ao mesmo, ao transferir o controle acionário do banco problemático, o PROER reduziu o risco moral das operações-salvamento.⁸

Engenharia financeira

O PROER compreende dois modelos gerais. O primeiro aplica-se aos grandes bancos; o segundo, aos bancos pequenos e médios. No primeiro caso, a instituição problemática é dividida em duas: o *banco bom* e o *banco ruim.*⁹ Em linhas gerais, o banco bom é constituído pelos ativos bons e pelos depósitos do banco problemático. O banco adquirente tem liberdade para selecionar os ativos do banco problemático (ativos bons, por suposto), mas fica obrigado a assumir todos os seus depósitos. O banco ruim é composto pelos ativos remanescentes (ativos ruins) e pelas demais obrigações do banco problemático.¹⁰

⁷ Os depósitos mantiveram-se exigíveis a qualquer tempo por meio de sua transferência integral do banco problemático para o *banco bom*. Ver próxima seção.

⁸ Como veremos na próxima seção, o controle acionário do banco problemático é transferido por meio da venda do *banco bom*.

⁹ O "*good bank*" e o "*bad bank*", conforme a literatura técnica especializada.

¹⁰ Na verdade, os ativos remanescentes do banco problemático não são necessariamente de baixa qualidade. Escolhemos tal denominação (ativo bom e ativo ruim) apenas para que guardasse paralelismo com a terminologia consagrada *banco bom* e *banco ruim*. Assim, os ativos ruins são apenas os ativos que não foram selecionados pelo banco adquirente, e que, portanto, vão formar o ativo do banco ruim.

As operações PROER têm por finalidade cobrir o hiato patrimonial do banco bom, ou seja, equilibrar seu balanço patrimonial.¹¹ Todavia, a assistência financeira do PROER sensibiliza o patrimônio de *ambos os bancos*, convertendo-se em *ativo do banco bom* (reservas bancárias) e em *passivo do banco ruim* (dívida junto ao PROER).

Após a operação PROER, o banco bom, saneado, é vendido, dando origem a outro banco, com nova personalidade jurídica. O banco ruim, por seu turno, entra em processo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central.¹²

A dívida junto ao PROER deve estar lastreada em títulos e direitos creditórios, cujo valor de face deve exceder em 20% o volume financeiro da operação PROER.¹³ Os encargos financeiros correspondem a *spread* de 2% sobre a remuneração do título de dívida aceito como colateral.¹⁴ Todavia, se o banco problemático não dispõe de títulos e direitos creditórios no montante necessário para lastrear a dívida do PROER, o Banco Central financia a compra do colateral. Nesse caso, a operação PROER equivale ao hiato patrimonial do banco bom *mais* o financiamento para compra do colateral necessário para lastrear a operação PROER.¹⁵

¹¹ O hiato patrimonial deriva do banco bom ser constituído de apenas *parte* dos ativos do banco problemático (ativos bons), enquanto seu passivo é formado pela *totalidade* dos depósitos do banco problemático.

¹² Na prática, a operação PROER tem início quando o Banco Central identifica o banco problemático e seleciona o banco adquirente.

¹³ Salvo no caso de títulos públicos federais negociados em leilões competitivos. Títulos da dívida pública de baixa liquidez, negociados, portanto, com substancial desconto no mercado secundário, também foram aceitos como colateral das operações PROER. Com efeito, os créditos junto ao Fundo de Compensação para Variações Salariais (FCVS) constituíram aproximadamente 2/3 do total das garantias do PROER.

¹⁴ No caso do FCVS, sua remuneração equivale à TR (taxa de referência) mais a remuneração da caderneta de poupança (0,5% a.m.).

¹⁵ Como vimos, os títulos e direitos creditórios são oferecidos como garantias do PROER pelo seu valor de face, que deve exceder em 20% o valor do empréstimo do PROER. Todavia, quando o banco problemático adquire em mercado o colateral necessário para lastrear a

A assistência financeira do PROER também foi concedida a instituição financeira federal para que assumisse a carteira de crédito imobiliário do banco problemático.¹⁶ Outra linha de crédito baseou-se em créditos do banco problemático junto ao FGC,¹⁷ havendo, ainda, outras três linhas de crédito de somenos importância.¹⁸

O segundo modelo do PROER foi concebido para bancos médios e pequenos. Nesse caso, o banco problemático é simplesmente vendido, não ocorrendo a divisão contábil entre banco bom e banco ruim. Como o banco novo precisa ser capitalizado, a operação do PROER fornece "colchão de liquidez" para que o banco adquirente seja capaz de atender a eventuais saques de depositantes ou para que o banco adquirente alavanque novas operações com as quais compense a assunção de ativos ruins do banco problemático.

Fusões/aquisições

O volume financeiro das operações PROER somou R\$20,4 bilhões, aproximadamente 2,7% do PIB médio do triênio 95-96-97.¹⁹ O programa foi

operação PROER, esse colateral é contabilizado pelo valor de aquisição (ou de mercado) no balanço patrimonial do banco ruim.

¹⁶ A instituição financeira federal é a Caixa Econômica Federal (CEF). Como principal instituição de financiamento imobiliário do país, a CEF possui volume considerável de créditos junto ao FCVS, os quais puderam ser utilizados para lastrear as operações PROER. Não houve qualquer caso em que o banco adquirente assumisse a carteira imobiliária do banco problemático.

¹⁷ Essa linha de crédito tem prazo de até cinco anos e encargos financeiros determinados pela variação da taxa referencial do SELIC.

¹⁸ Essas três linhas de crédito relacionavam-se a (i) outras operações de saneamento financeiro, (ii) reorganização administrativa e modernização de sistemas operacionais, e (iii) redução de ativos fixos (desmobilização).

¹⁹ Como os desembolsos do PROER circunscreveram-se aos três anos referidos, tomamos como base de comparação a média do PIB a preços correntes no período. Vale ressaltar que essa medida só leva em conta o valor histórico dos desembolsos do PROER, sem descontar a perspectiva de recebimento por parte do BCB (ver, adiante, sub-seção "Estado atual").

efetivamente concluído em meados de 1997, quanto teve lugar a última operação de financiamento.

Tabela 2

PROER: Valor das operações^{1/}

| PROER - Operações | R\$ milhões |
|---|---------------|
| PROER - modelo geral 1 - bancos grandes | 14.070 |
| PROER - modelo geral 2 - bancos pequenos e médios | 1.251 |
| CEF ^{2/} | 5.038 |
| Total | 20.359 |

1/Valores históricos.

2/Financiamento para aquisição de carteira imobiliária.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Ao todo, oito fusões/aquisições foram realizadas no âmbito do PROER, sendo quatro sob o primeiro modelo e quatro sob o segundo. Ainda que pouco numerosas, essas aquisições, notadamente as realizadas no âmbito do primeiro modelo, alteraram radicalmente a estrutura do mercado bancário no Brasil.

Tabela 3

Fusões e aquisições no âmbito do PROER

| PROER - modelos gerais | Banco adquirente | |
|---|------------------|-------------|
| | Doméstico | Estrangeiro |
| PROER - modelo geral 1 - bancos grandes | 3 | 1 |
| PROER - modelo geral 2 - bancos médios e pequenos | 4 | 0 |
| Total | 7 | 1 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

Estado atual

A dívida junto ao PROER somava aproximadamente R\$13,1 bilhões em dezembro de 2002, e o saldo devedor das reservas bancárias dos bancos que participaram do programa, R\$14,6 bilhões. A dívida total junto ao BC totalizava, portanto, R\$27,7 bilhões.

O valor da massa liquidanda dos bancos participantes do programa montava R\$25,9 bilhões, sendo R\$6,8 bilhões destinados a outros credores que não o

BC.²⁰ Logo, a perspectiva de recebimento do BC era da ordem de R\$19,2 bilhões ao final de 2002. O saldo sem cobertura - diferença entre a dívida total junto ao BC (dívida junto ao PROER mais saldo devedor das reservas bancárias) e sua perspectiva de recebimento -, correspondia a R\$8,5 bilhões, os quais encontravam-se devidamente provisionados no balanço patrimonial do BC.

Tabela 4

BC: Créditos a receber e Provisionamento

| Itens | R\$ bilhões |
|---|-------------|
| 1. Dívida PROER | 13.099.102 |
| 2. Saldo devedor reservas bancárias | 14.569.751 |
| 3. (=1+2). Dívida total junto ao BC | 27.668.853 |
| 4. Valor da massa liquidanda | 25.930.759 |
| 5. Credores antes do BC | 6.757.743 |
| 6. (=4-5). Perspectiva de recebimento pelo BC | 19.173.016 |
| 7. (=3-6). Saldo sem cobertura (ajustado) | 8.796.551 |
| 8. Provisão do BC | 8.796.551 |

1/Data-base: 31/12/2002.

Fonte: Banco Central do Brasil.

4. Exemplo numérico

A fim de facilitar o entendimento das operações PROER, dois exemplos numéricos são oferecidos a seguir, o primeiro ilustrando o caso (hipotético) mais simples, em que o banco problemático dispõe do colateral no montante necessário para lastrear a operação PROER; o segundo, em que o banco problemático necessita adquirir o colateral no mercado secundário para, assim, viabilizar a operação. Para efeito de exemplificação, consideraremos como colateral das operações PROER os créditos junto ao FCVS.

Caso 1: Fechando o hiato patrimonial do banco bom sem financiamento PROER para compra de colateral

Neste exemplo, o banco problemático dispõe de colateral na quantidade necessária para lastrear a operação PROER. De acordo com a legislação, o

²⁰ De acordo com a atual legislação, essas dívidas são as primeiras a serem salgadas com a liquidação da massa. Dizem respeito basicamente a dívidas fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

valor de face dos créditos junto ao FCVS deve exceder o valor do financiamento da operação PROER em 20%.

PROER: Exemplo numérico 1

Banco problemático

| Ativo | | Passivo | | | |
|--------------|-----|---------|-----------|-----|-----|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos bons | 20 | 20 | Depósitos | 120 | 120 |
| Ativos ruins | 60 | 0 | PL | 80 | -40 |
| FCVS | 120 | 60 | | | |

Banco bom 1

| Ativo | | Passivo | | | |
|-------------|----|---------|-----------|------|------|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos bons | 20 | 20 | Depósitos | 120 | 120 |
| | | | PL | -100 | -100 |

Banco ruim 1

| Ativo | | Passivo | | | |
|--------------|-----|---------|----|-----|----|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos ruins | 60 | 0 | | | |
| FCVS | 120 | 60 | PL | 180 | 60 |

Banco bom 2

| Ativo | | Passivo | | | |
|-------------|-----|---------|-----------|-----|-----|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos bons | 20 | 20 | Depósitos | 120 | 120 |
| PROER | 100 | 100 | PL | 0 | 0 |

Banco ruim 2

| Ativo | | Passivo | | | |
|--------------|-----|---------|-------|-----|-----|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos ruins | 60 | 0 | PROER | 100 | 100 |
| FCVS | 120 | 60 | PL | 80 | -40 |

Assume-se que os créditos junto ao FCVS são negociados no mercado secundário com desconto de 50% sobre o valor de face e que os créditos ruins reduzem-se a zero quando marcados a mercado.²¹

²¹ Nas contas "T" do exemplo numérico, VF = valor de face e MM = marcado a mercado.

Neste caso, a operação PROER é igual ao montante de recursos necessário para fechar o hiato patrimonial do banco bom-1, ou seja:

PROER = HIATO, ou

PROER = 100; onde:

PROER= volume financeiro da operação PROER; e

HIATO= hiato patrimonial banco bom-1

Caso 2: Fechando o hiato patrimonial do banco bom com financiamento PROER para compra de colateral

Neste segundo exemplo, a operação PROER é montada de modo a financiar a compra de colateral pelo banco problemático - colateral esse que servirá de lastro, ele mesmo, para a operação PROER.

O colateral adquirido - FCVS, no nosso exemplo - é registrado no balanço do banco problemático pelo valor de aquisição, ou valor de mercado, o qual equivale à metade do seu valor de face, visto que, por hipótese, é negociado com desconto de 50% no mercado secundário.

PROER: Exemplo numérico 2

Banco problemático

| Ativo | | Passivo | | | |
|--------------|----|---------|-----------|-----|------|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos bons | 20 | | Depósitos | 120 | 120 |
| Ativos ruins | 60 | | PL | -40 | -100 |

Banco bom 1

| Ativo | | Passivo | | | |
|-------------|----|---------|-----------|------|------|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos bons | 20 | | Depósitos | 120 | 120 |
| | | | PL | -100 | -100 |

Banco ruim 1

| Ativo | | Passivo | | | |
|--------------|----|---------|----|----|----|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos ruins | 60 | | PL | 60 | 0 |

Banco bom 2

| Ativo | | Passivo | | | |
|-------------|-----|---------|-----|-----------|-----|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos bons | 20 | | 20 | Depósitos | 120 |
| PROER | 100 | | 100 | PL | 0 |

Banco ruim 2

| Ativo | | Passivo | | | |
|--------------|-----|---------|-----|-------|-----|
| | VF | MM | | VF | MM |
| Ativos ruins | 60 | | 0 | PROER | 250 |
| FCVS | 150 | | 150 | PL | -40 |

Neste caso, a operação PROER equivale a:

$$\text{PROER} = \text{HIATO} + \text{FCVS}_{\text{MM}} \quad (1)$$

$$\text{PROER} = \text{FCVS}_{\text{VF}/1,2} \quad (2)$$

$$\text{PROER} = 100 + \text{FCVS}_{\text{VF}/2} \quad (\text{demanda por financiamento PROER})$$

$$\text{PROER} = \text{FCVS}_{\text{VF}/1,2} \quad ((\text{condição para}) \text{ oferta de financiamento PROER})$$

Igualando (1) e (2), tem-se:

$$100 + \text{FCVS}_{\text{VF}/2} = \text{FCVS}_{\text{VF}/1,2}; \text{ donde:}$$

$$\text{FCVS}_{\text{VF}} = 300;$$

$$\text{FCVS}_{\text{MM}} = 150; \text{ e}$$

$$\text{PROER} = 250$$

Comparando-se os casos 1 e 2, vê-se que a operação PROER do segundo exemplo supera a do primeiro em 150. Ademais, o hiato patrimonial do banco bom é o mesmo em ambos os casos, ou seja, 100. Como já foi dito, o que difere as duas situações é que, contrariamente ao banco problemático do primeiro exemplo, o banco do segundo exemplo necessita da operação PROER para adquirir em mercado o colateral que viabilize toda a operação PROER. Assim, como regra geral, podemos afirmar que *para um mesmo desequilíbrio patrimonial original e para um valor de mercado de colateral igual à metade do valor de face, o volume da operação PROER para o banco problemático que não dispõe de colateral supera em duas vezes e meia o*

volume de recursos necessário para fechar o hiato patrimonial do banco que dispõe de colateral.

5. Conclusão

A estabilidade do sistema financeiro constitui um bem público. Todavia, na resolução de crises bancárias, as políticas não devem sancionar comportamentos perturbadores e, assim, engendrar ambiente ainda mais propenso ao risco sistêmico ("*moral hazard*"). No caso do PROER, o Programa parece ter sido bem sucedido tanto na prevenção de corrida bancária, como também na penalização de políticas bancárias inconsistentes.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA JR., Mansueto & MENDONÇA DE BARROS, José Roberto (1997): *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil*, Ministério da Fazenda.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2003): *Demonstrações contábeis do Banco Central do Brasil - Balanço Patrimonial em 31/12/2002*.

IBGE/ANDIMA (1997): *Sistema Financeiro - Uma Análise a Partir das Contas Nacionais 1990-1995*.

MAIA, Geraldo (1999): "*Restructuring the Banking System - the case of Brazil*". Bank Restructuring in Practice, BIS Policy Papers nº 6.

MAIA, Geraldo and PÉRES, Lorenzo (2000): "*Restructuring Brazil's State-Owned Financial System*". Brazil - Selected Issues and Statistical Appendix, IMF.